

**POVOS KAINGANG E A COLONIZAÇÃO GERMÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: RESSIGNIFICANDO A HISTÓRIA DO TERRITÓRIO DE LINHA NOVA****KAINGANG PEOPLES AND THE GERMAN COLONIZATION IN RIO GRANDE DO SUL: RESIGNIFYING THE HISTORY OF THE TERRITORY OF LINHA NOVA**

Resumo: Este trabalho teve como objetivo compreender a história do território do município de Linha Nova com base nos registros sobre os povos Kaingang no período da colonização germânica do Rio Grande do Sul. A pesquisa é de natureza básica, exploratória e consiste na revisão bibliográfica e documental, cujos resultados foram tratados considerando a etno-história. O material consultado ofereceu indícios de que a área onde atualmente é Linha Nova, estava sob o comando do Cacique Braga e do sub-cacique Nicué. A história do confronto entre Kaingangs e duas famílias de imigrantes germânicos, ocorrida na localidade de Roseiral em 1832, oportunizou a investigação das estratégias e motivações dos povos Kaingang para a prática das correrias, bem como, a identificação de suas armas nestes confrontos. O estudo evidenciou a riqueza histórica do território de Linha Nova que perpassa a atual cultura teuto-brasileira e poderá contribuir para a valorização dos povos originários.

Michele Barth
Doutora em Diversidade
Cultural e Inclusão Social
(Feevale)
mibarth@feevale.br

Christian Albers
Mestre em Diversidade
Cultural e Inclusão Social
(Feevale)
calbers@feevale.br

Palavras-chave: Território Kaingang. Colonização germânica. História.

Abstract: This work aimed to understand the history of the territory of the municipality of Linha Nova based on records about the Kaingang peoples in the period of German colonization of Rio Grande do Sul. This is a basic and exploratory research and consists of a bibliographical and documental review, whose results were treated considering the ethno-history. The material consulted offered evidence that the area where Linha Nova is currently located was under the command of Cacique Braga and sub-cacique Nicué. The history of the confrontation between the Kaingangs and two families of German immigrants, which took place in Roseiral in 1832, provided an opportunity to investigate the strategies and motivations of the Kaingang people for the practice of “correrias”, as well as the identification of their weapons in these confrontations. The study showed the historical richness of the territory of Linha Nova that permeates the current German-Brazilian culture and may contribute to the appreciation of the indigenous people.

Keywords: Kaingang territory. German colonization. History.

DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2023.1.5>

1 Introdução

Ao visitar diferentes áreas do território brasileiro fica evidente a diversidade cultural presente nos diferentes espaços. Considerável parcela dessa diversidade se deve ao processo de colonização do país, onde os territórios passaram a receber práticas culturais e características específicas do local de origem dos imigrantes. No entanto, raramente é realizado um resgate histórico dos espaços considerando o período anterior à colonização como forma de valorização do território e dos povos originários.

No Estado do Rio Grande do Sul, o território que hoje compreende a região metropolitana de Porto Alegre e a Serra Gaúcha foi colonizado por imigrantes europeus no século XIX. Em 1824 e 1875 tiveram início as imigrações alemã e italiana, respectivamente, surgindo as colônias de São Leopoldo, Feliz, Bom Princípio, Mundo Novo, entre outras (Becker, 1995). Contudo, esse território era ocupado pelos povos Kaingang, o que resultou em diversos confrontos entre colonizadores e habitantes indígenas (Becker, 1995; Laroque, 2006; Dornelles, 2011).

O território onde atualmente é o município de Linha Nova está localizado na Encosta da Serra Gaúcha, a cerca de 80 Km de Porto Alegre. O município possui uma extensão de 63.502 km², aproximadamente 1.700 habitantes e fica nas proximidades do Rio Caí. O território fazia parte da antiga Colônia de São Leopoldo, sendo colonizado por imigrantes de origem germânica em dois momentos: as localidades de Roseiral e Morro Grande, localizadas à oeste do município e que pertenciam a antiga Linha de Hortêncio, receberam os primeiros imigrantes logo nos anos iniciais da colonização (entre 1824 e 1830); já o território leste, denominado Picada Nova, recebeu seus primeiros colonizadores em 1847 (Prefeitura..., 2017).

Em razão da colonização germânica, o território de Linha Nova apresenta forte identidade cultural teuto-brasileira. Inclusive, uma pesquisa, que teve como objetivo compreender a identidade territorial que os atores sociais da cidade atribuem ao município de Linha Nova, mostrou uma forte relação com a identidade legitimadora decorrente da colonização germânica nessa região (Barth et al., 2021). É possível notar que, em toda a

região de imigração europeia, a valorização do território ocorre apenas mediante a preservação da cultura dos imigrantes, sendo esmaecida a história antes da colonização.

É de suma importância o resgate histórico do território para além dos limites do período da colonização, como forma de valorização do legado cultural dos povos originários. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender a história do território do município de Linha Nova com base nos registros sobre os povos Kaingang no período da colonização germânica do Rio Grande do Sul.

O estudo se configura de natureza básica e, com relação aos objetivos, é uma pesquisa exploratória. Os procedimentos técnicos consistem na revisão bibliográfica e documental com foco nos povos Kaingang que habitavam o território gaúcho no século XIX, em específico o território de Linha Nova. Os dados bibliográficos e os documentos foram tratados considerando a etno-história, abordagem que, conforme Cavalcanti (2011), possibilita tratar de forma interdisciplinar as fontes com vistas a reconstituir momentos de historicidades indígenas. De acordo com o autor, na etno-história é conferida grande relevância às tradições orais e às fontes arqueológicas, as quais podem fornecer dados valiosos sobre essas culturas. Cabe informar que a primeira autora deste artigo é natural do território abordado e o segundo autor reside no município há mais de 35 anos, facilitando o acesso a informações, documentos e locais para registro fotográfico.

A análise foi dividida em duas temáticas, sendo que primeiramente realizou-se uma contextualização sobre a abrangência do território Kaingang no Rio Grande do Sul, buscando situar o município de Linha Nova para compreender quem comandava as tribos Kaingang neste espaço. A segunda temática abordada traz a análise das táticas de confronto dos povos Kaingang para a defesa do território contra os imigrantes, trazendo em específico a história ocorrida na localidade de Roseiral, situada no referido município. Por fim, serão abordadas as considerações finais deste trabalho, onde são levantadas hipóteses e sugestões para posteriores estudos.

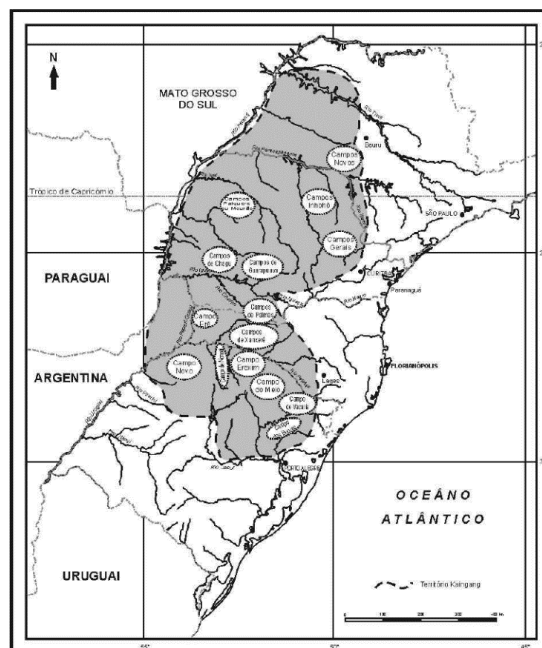
2 Território Kaingang no Rio Grande do Sul

Inicialmente é importante notar que historicamente o material bibliográfico publicado sobre os povos Kaingang trazem diferentes termos para nominá-los. Observa-se que, nos séculos XVI, XVII e XVIII, a maioria dos documentos os referenciavam como Guaianás, mas também há registros de outros termos, como “Pinarés” e “Kaáguas”; já no século XIX, com a colonização europeia, os registros os referenciam como “Coroados” e “Bugres” (Becker, 1976; Dornelles, 2011). Mabilde (1983) esclarece que o termo “Coroados” diz respeito à sua característica física de apresentar corte alto nos cabelos semelhante ao formato de coroa.

Já o termo “Bugre”, segundo Mabilde (1983) faz uma associação com o som dos gritos do povo Kaingang na época, que se assemelhavam a “pucrí”, sendo prolongada a última sílaba como se fosse “pu-cri-i-i-i”, mas que não teria significado literal, servindo somente de alerta aos imigrantes. Todavia, Dornelles (2011) verifica que a palavra “bugre” tem origem do francês “bougre”, que significa herético e foi empregada para denotar a pessoa indígena como sendo inculta, selvática, não-cristã. O termo “kaingang”, utilizado atualmente, significa “povo do mato” (Lappe; Laroque, 2015) e, segundo Mota (2004), a denominação foi utilizada pela primeira vez em 1867, num relatório de Franz Keller.

Há registros de que o território Kaingang ocupava grande parte da região sul do país. Laroque (2006) observa que os Kaingang constituíam um dos mais numerosos povos indígenas do Brasil Meridional e estavam estabelecidos em territórios de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 Possível território Kaingang no século XIX

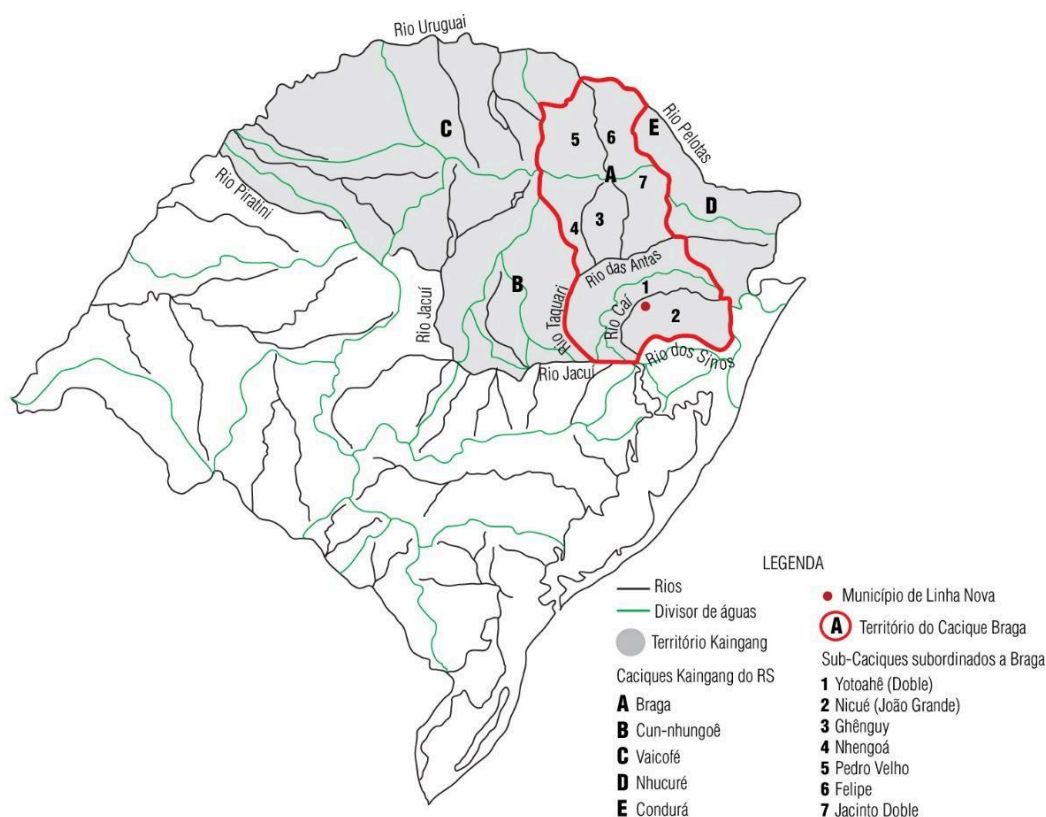


Fonte: LAROQUE, L.F.S., 2006, p.36

Segundo Laroque (2006), no estado gaúcho, o território Kaingang compreendia as bacias hidrográficas dos rios Sinos, Caí, Taquari, Jacuí e Uruguai. Becker (1976, p. 13-14) também observa que a ocupação do povo Kaingang compreendia “uma área florestada do Alto Rio Uruguai tendo como limite extremo aproximativos para oeste o Rio Piratini, para leste as nascentes do Rio Uruguai (Rio Pelotas) e para o sul a Bacia do Caí”.

Há indícios que as áreas Kaingang do Rio Grande do Sul eram comandadas pelos Caciques Braga (Pã’í mbâng), Cun-nhungoê, Vaicofé e, ao lado direito do rio Pelotas adentrando Santa Catarina, os Caciques Nhucoré e Condurá (Laroque, 2000; Dias, 2004). Com base nas publicações de Becker (1976), Laroque (2000) e Dias (2004) foi elaborado um mapa com o possível território ocupado pelos povos Kaingang, bem como as lideranças que atuavam na região, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 Localização de Linha Nova no Território Kaingang do Rio Grande do Sul



Fonte: Adaptado pelos autores com base em SEPLAG RS/DEPLAN, 2012; LAROQUE, L.F.S., 2000, p.151; DIAS, J. L. Z., 2004, p.146

Pela Figura 2, é possível observar que a região onde atualmente se situa o município de Linha Nova estava sob o comando do Cacique Braga. Importante salientar que ainda não foram encontrados estudos que comprovem especificamente todos os limites da terra Kaingang, bem como os limites do território do Cacique Braga. Acredita-se que a delimitação ocorria através de rios. Portanto, essa representação gráfica é hipotética considerando os limites de rios descritos nas pesquisas de Becker (1976) e Laroque (2000). Tendo em vista a falta de informações específicas sobre as divisas do território do Cacique Braga, grifou-se, nessa imagem somente para demonstração, alguns limites como sendo a linha divisora de águas.

Além do cacique principal, diferentes partes do território eram comandadas pelos sub-caciques. Estavam subordinados ao Cacique Braga os sub-caciques Yotoahê (Doble), Nicué, Ghênguy, Nhengoé, Pedro Velho, Felipe e Jacinto Doble (Laroque, 2000; Dias, 2004).

Conforme é possível visualizar na Figura 2, as imediações ao território do atual município de Linha Nova estavam sob o comando dos sub-caciques Nicué e Doble.

Brandalise (2019) observa que no período anterior a 1850, Nicué já era um dos chefes subordinados ao Cacique Braga e possivelmente morava com sua subtribo entre os rios dos Sinos e Caí. Já o Cacique Doble, segundo Laroque (2000) tinha como território a região de Morro Grande, que pertencente ao município de Caxias do Sul. Considerando a hipótese de que a divisa entre o território de atuação dos sub-caciques Nicué e Doble tenha sido o Rio Caí, poderia se considerar hipoteticamente que a área em que hoje é Linha Nova estava sob o comando do Cacique Nicué.

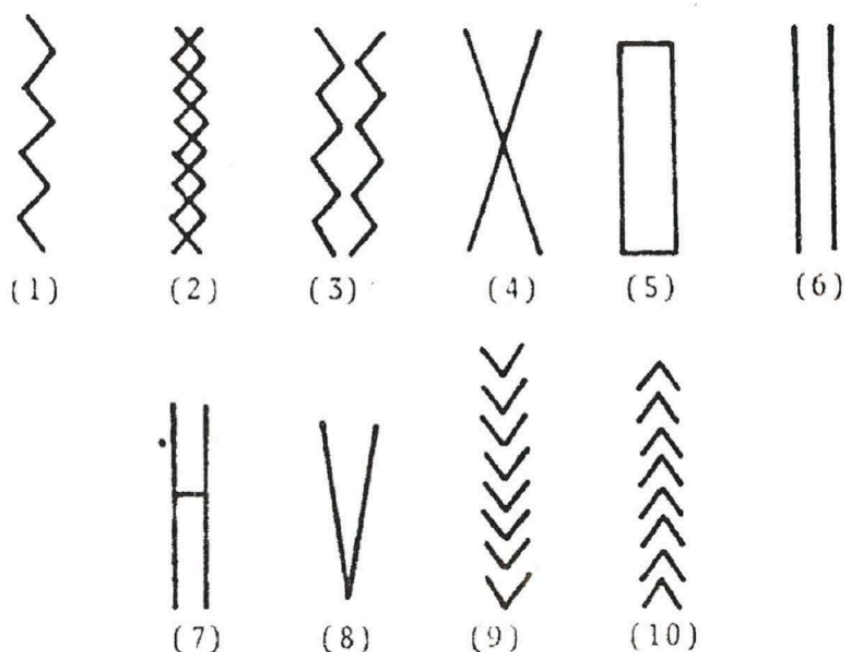
Segundo Laroque (2007), nos documentos Nicué é apresentado com diferentes nomes, sendo “João Grande” o mais popular entre os colonizadores e Nîvo, aos Kaingang. Seu nome, conforme Brandalise (2019), vem de um pássaro que tem as pernas compridas, sendo lhe atribuído este nome por apresentar uma estatura maior que os demais indígenas de seu grupo.

Mabilde (1983) descreve que em 1837 a tribo do Cacique Braga continha aproximadamente 750 indivíduos e a do sub-cacique Doble, aproximadamente 680 indivíduos. Já o grupo do sub-cacique Nicué é descrito, em 1850, por Mabilde (1983, p. 42) como sendo pequeno, “não mais do que vinte e três indivíduos, dos quais eram vinte e um homens e duas mulheres”, o que possivelmente seja resultado dos encontros violentos entre Kaingang, colonos e bugreiros (Brandalise, 2022).

Cabe destacar que os territórios de atuação de cada sub-cacique eram definidos pelo cacique principal. Para isso, cada tribo deveria ter a garantia de circulação em três ambientes: as matas de pinheiros para a coleta de pinhões; as encostas das florestas para a coleta de alimentos e caça; e a várzea dos rios para a pesca (Dornelles, 2011). De acordo com a autora, as araucárias são árvores de grande valor para os povos Kaingang, pois além de permitirem a oferta de pinhões para consumo, atraíam animais silvestres e aves para as matas nos meses mais frios do ano (maio, junho e julho), além de servir como remédio. Ela complementa que era o cacique principal que definia as áreas de pinheiral e as distribuía aos caciques subordinados, sendo demarcados mediante a gravação de sinais de aproximadamente dois palmos (45 cm) nos troncos dos pinheirais, numa altura de oito a dez palmos (183 a 228 cm)

do chão e cortados com um machado de pedra (Dornelles, 2011; Peres, 2018). Estes sinais estão ilustrados na Figura 3.

Figura 3 Marcas encontradas em pinheiros e flechas



Fonte: MABILDE, P.F.A.B., 1983, p.146

Mabilde (1983) relata ter encontrado apenas dez diferentes marcas, as quais além de estarem gravadas nos pinheiros, também eram pintadas nas flechas. Isso pode ser um indício de que as marcas nas matas de pinheiros também delimitavam o local de caça de cada grupo. Ademais, o autor relata que a invasão de outra tribo para a coleta de pinhões era motivo de guerra e extermínio do invasor.

Na pesquisa de Lappe e Laroque (2015), uma das lideranças indígenas entrevistadas no Vale do Taquari afirma que os Kaingang sempre defenderam as araucárias por fornecer remédio e alimentação em abundância. O entrevistado destaca que a araucária é um marco dentro do Estado, pois onde havia araucária era terra de Kaingang, sendo que, por onde passassem, deveriam deixar plantada uma árvore de araucária. O município de Linha Nova ainda dispõe de várias araucárias em seu território, porém, segundo relatos orais, muitas das unidades que ainda existem foram plantadas pelos próprios imigrantes.

De maneira geral, essa revisão mostra que os Kaingang eram defensores dos seus territórios, com suas fronteiras delimitadas até mesmo entre os grupos internos. Neste contexto, Lappe e Laroque (2015) salientam que a terra e o território para os Kaingang são muito mais do que uma dimensão física, sendo repletos de marcas e significados, mesmo que sobre estes territórios tenham sido erguidas cidades. Braga (2015, p. 48) descreve que denominam “seu território de ‘Jãmã’, porque com estas terras está estabelecida uma espécie de pacto, isto é, uma ligação muito forte com seus antepassados que ali estão enterrados e até mais, os seus próprios umbigos, que é parte do corpo Kaingang”. O autor atenta que para o povo Kaingang a terra não é mercadoria, mas um local que guarda as memórias dos antepassados e parte de seus corpos (referindo-se ao cordão umbilical e a placenta que são enterrados após a criança nascer).

Com a chegada dos imigrantes, estes territórios repletos de significados e que lhe conferiam sustento foram sendo apropriados por imigrantes europeus para a criação de um novo modo de vida, completamente diferente da cultura dos povos originários. Considerados como invasores, os imigrantes passaram a representar uma ameaça aos povos Kaingang, assim como, os povos originários também foram vistos como uma barreira ao avanço da colonização. A partir de 1824, portanto, sucederam-se uma série de conflitos entre imigrantes de origem germânica e povos Kaingang na antiga Colônia de São Leopoldo.

3 Defesa do território: o confronto na localidade de Roseiral

Na literatura foram identificados alguns trabalhos que fazem menção aos confrontos entre Kaingangs e famílias de imigrantes. Uma das investidas pela defesa do território Kaingang ocorreu no ano de 1832, na localidade de Roseiral, que resultou na morte de onze pessoas. O artigo¹ de Menz (1983) traz o relato da senhora Heck em 1926, a qual era nora da sobrevivente Helena Göllner. Ela estava com 80 anos quando tomou conhecimento dessa história pela própria Helena, confirmando que o fato ocorreu por volta das 9 horas da manhã do domingo ensolarado de 16 de abril de 1832. A localização é descrita por Menz (1983):

¹ Artigo traduzido do alemão por H. R. Richlin e disponibilizado aos pesquisadores pelo Grupo Genealogia RS.

Seguindo a estrada que leva para Feliz, chega-se ao Vale das Rosas. A cerca de 200 metros, a passarela existente sobre o córrego que fica em Arroio da Sepultura leva diretamente à propriedade que hoje pertence a Fridolino Nienow, [...] ponto exato em que se encontra a sepultura da família Göllner.

No artigo de Menz (1983) consta que a sepultura havia sido retirada em 1964, por Astor Nienov quando desmatava uma parte da propriedade para iniciar uma lavoura de milho. O proprietário relatou que se deparou com um local cheio de pedras brutas e imaginou que pudesse se tratar de uma antiga sepultura abandonada ou uma velha sepultura indígena. Conforme Menz (1983), Nienov relatou ter espalhado as pedras pois iriam atrapalhar na hora de arar a terra. Devido ao local ser de interesse para a história, o autor relata que foi solicitado ao senhor Nienov que recolocasse todas as pedras da forma como as havia encontrado, respeitando suas dimensões e exata direção em relação ao horizonte. Atualmente no local ainda é possível encontrar as pedras da sepultura repostas pelo proprietário (Figura 4A), bem como o poço que era utilizado pela família Göllner (Figura 4B).

O relato da senhora Heck conta que Helena Göllner, que tinha cerca de 10 anos, sobreviveu, pois estava no galinheiro para recolher os ovos quando o ataque aconteceu, e ali ficou escondida até a ação terminar e se certificar de que o grupo não voltaria (Menz, 1983). Helena teria voltado para a casa e encontrado sua irmã, de apenas um mês, ainda vida debaixo do corpo de sua mãe. Dentro da casa tudo havia sido destruído.

Figura 4 Imagens do local onde residia a família Göllner



A) Registro das pedras recolocadas no local da sepultura; B) Fotografia do poço utilizado pela família.
Fonte: Os autores, fotografado em 04/02/2023.

Conforme descrito por Menz (1983), a jovem Helena, com sua irmã no colo, entrou pela mata que a levaria até a casa do vizinho mais próximo para pedir ajuda. O relato aponta que ela teria caminhado mais de dois quilômetros até enxergar o telhado do curral dos vizinhos, mas ao chegar observou a mesma cena que havia presenciado em sua casa. Conforme registros², os vizinhos próximos ao lote da família Göllner eram da família Kneip.

3.1 Organização dos confrontos

Com base nesta história é importante que sejam aprofundadas as estratégias utilizadas pelos povos Kaingang para os confrontos. Bringmann (2010) esclarece que as correrias, como eram chamadas essas investidas, não podem ser entendidas como ações impulsivas e desorganizadas dos Kaingang. Segundo o autor, a organização e a preparação precisavam ser

² Foram consultados, pelo grupo Genealogia RS, os registros dos lotes da Colônia de São Leopoldo e o nome das famílias de imigrantes que estavam no navio Olbers.

metodicamente articuladas, como verdadeiras estratégias de guerra e raramente atacavam sem estarem convencidos do sucesso da ação. Para isso realizavam “observações” que poderiam durar semanas ou até meses até encontrarem o melhor momento para o ataque (Mabilde, 1983).

Para as táticas de observação, foram encontrados nos registros de Mabilde (1983) momentos em que estes procuravam se camuflar. Numa madrugada de 1830, por exemplo, foi avistado um arbusto coberto de folhas verdes do chão até o topo, com dez a doze palmos de altura, em uma área que a poucos dias havia sido queimada para se tornar um potreiro na propriedade dos franceses Ther e Ville, nas margens do arroio Forromeco (entre os municípios de Bom Princípio e São Sebastião do Cai). O autor relata que assim que os proprietários perceberam, dispararam alguns tiros em direção ao arbusto, de onde teria saído correndo um coroadado em direção à mata e deixando o arbusto caído no local. Outro exemplo de tática de observação foi registrado em 27 de fevereiro de 1833, na Fazenda das Escadinhas do proprietário Major José Joaquim de Moraes, que ficava próxima as margens do Rio Cai. Mabilde (1983) descreve que um coroadado estava disfarçado com uma porção de folhas e canas de milho atadas ao redor do corpo do lado de fora de curral de madeira onde ficavam recolhidas as vacas.

O confronto na localidade de Roseiral provavelmente também ocorreu somente após a observação da rotina das famílias e de se certificar do melhor momento para a prática da correria. Há indícios de que as famílias Kneip e Göllner eram proprietárias dos lotes 48 e 49, respectivamente, sendo estes lotes os últimos que estavam ocupados na época. Na Figura 5 foram representados os limites que compreendem o município de Linha Nova sobre o antigo mapa da Colônia de São Leopoldo e indicado o local no lote 49 da antiga Linha de Hortêncio, onde atualmente se encontra a sepultura e o poço da família Göllner.

Supõe-se que o território ainda não ocupado pelos colonizadores provavelmente oportunizou a prática das observações. O artigo de Menz (1983) reporta que Helena teria avistado “alguns sujeitos pardos vindo, aos pulos, pelo barranco que ficava atrás da casa”, ou seja, teriam vindo do território ainda não ocupado pelos imigrantes que ficava em direção à parte superior do morro.

Figura 5 Traçado das divisas de Linha Nova sobre o mapa da Colônia de São Leopoldo



Fonte: Adaptado pelos autores a partir da planta topográfica da Colônia de São Leopoldo, 1870

Neste contexto, é importante comentar que, segundo Mabilde (1983), os povos Kaingang procuravam construir seus alojamentos nos locais mais altos dos morros, longe de banhados para evitar mosquitos e sempre no meio dos pinheirais. Conforme o autor, eles escolhem o pinheiro mais alto para servir de ponto de vigia e observar onde há fumaça e, assim, reconhecer os locais com a presença de imigrantes para armarem um ataque surpresa. O local onde foram encontrados o túmulo e o poço da família Göllner, ficam próximos ao vale do Arroio Sepultura (Figura 6³), o que pode ter contribuído para o reconhecimento da localização do alojamento dessas famílias.

Figura 6 Localização da sepultura da família Göllner

³ Utilizou-se a imagem de satélite do Google Earth de maio de 2002, ao invés de uma mais recente, visando facilitar a identificação das demarcações das propriedades e limites da antiga Linha de Hortêncio.



Fonte: Adaptado pelos autores com base na imagem de satélite de 2002 do Google Earth

O planejamento dos confrontos era feito pelo cacique principal juntamente com os caciques subordinados para definir os detalhes da luta (Mabilde, 1983; Becker, 1995). Conforme os autores, um dos caciques subordinados era escolhido para comandar a expedição, sendo que o número de indivíduos que participariam da ação variava de acordo com a distância do local e o perigo envolvido na ação. Os autores salientam que o cacique principal raramente acompanhava as correrias e somente participava do combate contra outra nação indígena inimiga ou no caso de um ataque ao seu alojamento pelos imigrantes. Considerando a hipótese que o território entre os rios Caí e dos Sinos era comandado pelo sub-cacique Nicué, poderia se sugerir o envolvimento de Nicué nos confrontos que ocorreram nessa região.

A maioria das pesquisas aponta que as correrias praticadas pelos Kaingang tinham como objetivo adquirir objetos de valor para a caça ou guerra. No entanto, estes objetos também eram incorporados em adornos, sendo que já foram encontrados colares contendo botões de camisas, fivelas, argolas de metal, cartuchos de bala e cordas de miçangas (Freitas, 2005). A autora explica que os colares eram demonstrações de poder e prestígio, onde costumavam utilizar fibras de vegetais, sementes, dentes, garras, cornos e conchas, acreditando que os elementos do colar conferiam força e poder daqueles animais ao seu

portador. A autora supõe que a utilização dos objetos, conseguidos com os brancos, em seus colares também teriam a mesma intenção.

Além disso, estes objetos serviam como moeda de troca. Dornelles (2011) descreve que na história da cultura Kaingang o cacique principal determinava a quem pertencia cada mulher do grupo. Os homens só poderiam escolher sua companheira mediante a troca pelos objetos de valor para caça e guerra, desde que o cacique principal estivesse de acordo. Assim, entende-se que as correrias objetivavam não apenas a obtenção desses objetos para servirem como armas, mas também para serem incorporados em seus adornos para receber a força dos imigrantes e como forma de troca pela mulher desejada.

3.2 Armas utilizadas

Segundo Mabilde (1983) as armas utilizadas pelos Kaingang eram o arco, a flecha e o varapau. No artigo de Menz (1983), a senhora Heck menciona que o grupo teria começado o confronto “arrebatando insanamente a porta da frente com golpes fortes, usando porretes e clavas”. As armas descritas possivelmente fazem referência ao varapau, que, de acordo com Costa (2022) era uma das armas prediletas dos Kaingang e bastante utilizadas no combate contra os invasores. Mabilde (1983, p. 154) o descreve da seguinte forma:

O varapau é geralmente feito com pau de laranjeira do mato com uma grossura variável e relativa à força do indivíduo que dele se serve, em geral tem uma, ou uma e três quartos de polegada, de diâmetro, por seis palmos, mais ou menos de comprimento. O pau é todo liso e nunca nodoso [...], nunca feito com arte, sendo o pau sempre da grossura natural, tal qual é encontrado no mato, sendo apenas descascado.

Nessa descrição, as características do varapau se assemelham a um cassetete, que é um bastão atualmente utilizado por militares para defesa pessoal. Por sua vez, a clava também consiste em um grosso pedaço de madeira maciça com uma das extremidades mais volumosa. Isso indica que os galhos da laranjeira silvestre oportunizavam estes dois formatos de varapau.

Já os arcos geralmente eram confeccionados com a madeira das mudas ou dos ramos do ipê preto, com o tamanho de 7 a 8 palmos (160 a 180 cm) e afinado do centro para as

extremidades, sendo que o meio chegava às vezes a ultrapassar mais de 2,5cm de diâmetro (Mabilde, 1983). O autor observa que as cordas geralmente tinham o comprimento da vara de ipê, somente se curvando quando atiravam com as flechas pela tensão causada pela corda ao ser afastada do arco. A corda geralmente era feita de tucum ou da fibra extraída da urtiga do mato, sendo um pouco mais espessa que o cálamo da pena de um ganso, e tinham força elástica para propelir uma flecha a mais 250 palmos de altura perpendicular (mais de 5,7 metros) e 450 a 500 palmos na horizontal (10 a 11,5 metros).

As flechas tinham 5,5 a 6,5 palmos de comprimento (125 a 150 cm) e compostas por duas partes: a) haste inferior, sendo usada a ponta ou a extremidade mais fina das taquaras do mato, tendo a grossura aproximada de um dedo mínimo e com, mais ou menos, 90 centímetros de comprimento; b) haste superior, feita com uma varinha de madeira de “cotia” ou de laranjeira do mato (Mabilde, 1983). Segundo o autor, a haste superior é acoplada na parte oca da haste inferior da taquara, formando a ponta da flecha, que é fixada com resina da casca de pinheiro. O autor ainda relata que a junta da ponta com a taquara é enrolada com tiras estreitas de imbé para evitar que se soltem. Já a outra ponta da “haste de taquara é empenada, com duas penas de jacutinga ou de corvo, atadas uma em cada lado da haste, igualmente, com tiras estreitas de imbé” (Mabilde, 1983, p. 141).

Mabilde (1983) descreve que o processo de fabricação das flechas é bastante trabalhoso e demorado pelos poucos recursos que dispõem e por isso utilizavam suas flechas apenas em guerras ou em última necessidade. Para a alimentação utilizavam as flechas apenas na caça de papagaios e não para animais de grande porte como antas e porcos do mato, onde suas flechas geralmente acabavam quebrando.

Ademais, Mabilde (1983, p. 154) destaca que as flechas não eram usadas para combates no mato, pois quando “propelidas com o arco não produzem tiro tão certo, devido à espessura da vegetação, na qual tocando a flecha, no seu curso, desvia-se muito da direção em que é propelida”. De acordo com o autor, as flechas eram usadas em locais mais abertos, como estradas, caminhos e campos. Assim, o varapau acabava sendo a arma mais utilizada em meio a mata, mas com a qual sequer tinham destreza e habilidade para usá-las como meio de defesa. Neste sentido, Mabilde (1983) relata que presenciou, em 1850, a luta com varapaus entre um marinho português e alguns indivíduos Kaingang, os quais em poucos minutos

foram desarmados sem que pudessem acertar uma única pancada no marinheiro. Isso reporta o risco a que estavam expostos na prática das correrias, bem como, o quanto estavam vulneráveis às ações de defesa dos imigrantes e dos temíveis bugreiros⁴, os quais dispunham de armas de fogo.

4 Conclusões

Este trabalho visou compreender a história do território do município de Linha Nova com base nos registros sobre os povos Kaingang no período da colonização germânica do Rio Grande do Sul. A bibliografia consultada ofereceu indícios de que a área onde atualmente é Linha Nova, estava sob o comando do Cacique Braga e sub-comandada pelo cacique Nicué. Por sua vez, é possível reconhecer que os povos Kaingang valorizavam seu território não apenas como forma de subsistência, mas como um local repleto de significados culturais.

Os confrontos ocorridos com os imigrantes europeus eram a forma do povo Kaingang lutar pela defesa de seu território. A história de Helena Göllner, relatada pela senhora Heck, oportunizou a investigação de estratégias e motivações dos povos Kaingang para a prática das correrias no Rio Grande do Sul, bem como a identificação de suas armas nestes confrontos.

Este estudo evidencia, mesmo que brevemente, a riqueza da história do território, a qual extrapola a sua atual identidade legitimadora da cultura teuto-brasileira. No entanto, este território, assim como tantos outros, também ainda deve conter vestígios da história e do legado do povo Kaingang. Reconhece-se a necessidade de pesquisas mais aprofundadas no território de Linha Nova visando encontrar vestígios da presença Kaingang até o século XIX. Estes estudos podem ser mediante relatos de moradores, identificação de objetos arqueológicos e até mesmo através do reconhecimento de araucárias que datam mais de 200 anos para identificar possíveis locais de habitação das tribos.

É evidente que o resgate histórico dos territórios Kaingang vem ao encontro de uma história que também é marcada pelo sofrimento causado por uma guerra injusta e que culminou em inúmeras mortes. No entanto, é preciso dar ênfase aos fatos também pelo viés dos povos originários, para contrapor a história contada somente pela ótica colonialista. A

⁴ Nome conferido às pessoas que pertenciam a força paramilitar organizada para matar índios; era considerada uma profissão reconhecida pela comunidade e remunerada (Mabilde, 1983; Dornelles, 2011).

sensibilização mediante a disseminação da cultura e da história dos povos originários brasileiros poderá efetuar um papel de destaque para a valorização e inclusão social dos grupos destas etnias.

Reconhecer que um território pode conter múltiplas leituras e diferentes percepções é importante do ponto de vista cultural e social, uma vez que possibilita uma visão interdisciplinar e o reconhecimento da diversidade. É importante dar voz e trazer à tona as histórias e as diferentes manifestações que tornaram o Brasil o que ele é hoje, sem preconceitos e pré-julgamentos, e sim, valorizando cada cultura e as impressões deixadas nos territórios.

Referências:

BARTH, M.; RENNER, J. S.; ALBERS, C.; KICH, R. R. 2021. Identidade territorial de Linha Nova/RS: a percepção dos atores sociais do município. In: *III Congresso Internacional de Diálogos Interdisciplinares*, Novo Hamburgo: Editora Feevale. Anais do III CIDI, p. 804-815

BECKER, Í. I. B. 1976. O índio Kaingang no Rio Grande do Sul. In: Instituto Anchieta de Pesquisas. *Pesquisas Antropologia*, nº 29. São Leopoldo: Unisinos.

_____. 1995. *O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos. 264 p.

BRAGA, D. 2015. *A história dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002)*. Porto Alegre, RS (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BRANDALISE, G. M. 2019. *"Eles se vangloriam de ser índios, e com esse nome querem ser chamados": indígenas, capuchinhos e as colônias italianas no nordeste do Rio Grande do Sul (1895-1918)*. Porto Alegre, RS (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. 2022. Conflitos e Resistência Indígena à frente de colonização na Serra Gaúcha: O Cacique João Grande. In: R. M. NEUMANN; M. D. FAGUNDES; M. VIANNA (Orgs.) *XVI Encontro Estadual de História ANPUH-RS*, Porto Alegre/RS. Anais do 16º Encontro Estadual de História da ANPUH- RS: História agora: ensinar, pesquisar, protagonizar, 02 a 29 de julho de 2022.

BRINGMANN, S. F. 2010. *Índios, colonos e fazendeiros: Conflitos Interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. Florianópolis, SC (Mestrado em História Cultural), Universidade Federal de Santa Catarina.

CAVALCANTE, T. L. V. 2011. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da Pesquisa. *História*, v. 30, nº 1: 349-371.

DIAS, J. L. Z. 2004. *A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang*. São Leopoldo, RS (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

DORNELLES, S. S. 2011. *De Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX*. Porto Alegre, RS (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREITAS, A. E. C. 2005. *Mrü'r Jykre – a cultura do cipó: territorialidades Kaingang na Margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS*. Porto Alegre, RS (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LAPPE, E.; LAROQUE, L. F. S. 2015. Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas Terras Indígenas Por Fi Gâ, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 34: 147-156.

LAROQUE, L. F. S. 2000. Lideranças kaingang no Brasil meridional (1808-1889). In: Instituto Anchietano de Pesquisas. *Pesquisas Antropologia*, nº 56. São Leopoldo: Unisinos.

_____. 2006. *Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)*. São Leopoldo, RS (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

_____. 2007. Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930). In: Instituto Anchietano de Pesquisas. *Pesquisas Antropologia*, nº 64. São Leopoldo: Unisinos. 343 p.

MABILDE, P. F. A. B. 1983. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836-1866. São Paulo: IBRASA. 232 p.

MENZ, A. 1983. O ataque indígena no Vale das Rosas – Município de Feliz – RS. *Sankt Paulus Blatt*, ano 66.

MOTA, L. T. 2004. A denominação Kaingang na literatura antropológica, história e linguística. In: K. TOMMASINO; L. T. MOTA; F. S. NOELLI (orgs.) *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduep, p. 01-16.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHA NOVA. 2017. *Exposição história de Linha Nova*. Disponível em:

<http://www.linhanova.rs.gov.br/web/imgs/arquivos/historia-de-linha-nova1510676389.pdf>.

Acesso em: 30/05/2023

SEPLAG RS/DEPLAN. 2012. Bacias e Sub-bacias Hidrográficas. In: BRASIL TURISMO. Guia Geográfico Rio Grande do Sul – *Hidrografia*. Disponível em:

<https://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/hidrografia.htm>. Acesso em: 29/05/2023.

Data de aceite: 11/12/2023

Publicação: 26/12/2013